

O monumento e suas batalhas simbólicas

Leonardo Luiz Silveira da Silva

do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Salinas - Minas Gerais - Brasil
leoluizbh@hotmail.com

Resumo: Este artigo objetiva propor uma reflexão acerca de duas dimensões dos monumentos, entendidos como patrimônios. A primeira dimensão refere-se à sua audácia fundadora, visto que seu erguimento se associa a ideia de transmitir um recado simbólico e propor uma narrativa enviesada sobre o passado ou sobre uma ideologia. Entretanto, apesar da audácia fundadora, abrimos a possibilidade de refletir sobre a segunda dimensão, que é a contestação, marcada pelo fato das narrativas simbólicas impostas pelas forças que ergueram os monumentos passarem a ser questionadas, seja por um revisionismo histórico ou por questões de cunho ideológico. Utilizamos como base para a reflexão essencialmente epistemológica aqui proposta pressupostos alinhados à nova geografia cultural. Apontamos, contudo, que a reflexão sobre o simbolismo paisagístico centrada somente na dimensão das relações de classe é limitada. Aconselhamos, finalmente, que abordagens que penetram no campo das relações afetivas e identitárias possam se apresentar como capazes de preencher as lacunas de abordagens baseadas na análise de classe.

Palavras-Chave: monumentos; simbolismo; geografia; cultural; identidades.

Introdução

A discussão deste artigo passa por uma reflexão epistemológica acerca da dimensão simbólica dos monumentos, utilizando, sobretudo, pressupostos ligados à nova geografia cultural. Para tanto, nesta introdução, temos o intento de colocar o leitor a par da transição da tradicional geografia cultural saueriana para a nova geografia cultural, para que as bases da reflexão ora proposta sejam bem sedimentadas.

De partida, destacamos que durante algumas décadas do século passado a abordagem saueriana na geografia cultural apresentou-se hegemônica na academia (MIKESELL, 1978), ainda que alguns ensaios destoantes do seu *zeitgeist* hoje sejam bem reconhecidos, como as obras de Wright (2014¹) e Dardel (2011²). A concepção de Carl Sauer sobre a cultura e a paisagem se disseminou pela geografia a partir da grande repercussão do artigo *A Morfologia da Paisagem* (SAUER, 2008³). Neste trabalho, foi edificada uma noção da cultura baseada nos aspectos visíveis e materiais da paisagem (DUNCAN, 1980; LEY, 1981; BRITO-HENRIQUES, 2001; SILVA, 2020a), com

¹ Original de 1946.

² Original de 1952.

³ Original de 1925.

influência da ideia kroeberiana (KROEBER, 1917) acerca do superorgânico (GESLER, 2018)⁴. Sauer reproduzia a tradição morfológica alemã da leitura da paisagem, com influência, sobretudo, de Otto Schlüter e Siegfried Passarge; destaca-se nesta tradição o fato do estudo da paisagem ser dedicado à abordagem das formas visíveis, sendo o olhar aquilo que define o que será selecionado e incluso (COSGROVE, 1985).

Todavia, a influência de Sauer na geografia cultural declinou, ainda que se mantenha importante: a grande efervescência epistemológica do período 1960-1980 abrigou – dentre muitas iniciativas – aquilo que a geografia anglófona chama de *turns* (viradas⁵); destacamos entre essas viradas a cultural e a linguística⁶, que de forma mais expressiva impactam sobremaneira o modo ver compreender o objeto de análise deste artigo. Foram as premissas desenvolvidas por estas viradas que criaram o campo fértil de questionamento da perspectiva saueriana (AGNEW; DUNCAN, 1981), que teve como síntese o artigo de grande repercussão de James Duncan (1980). *Ipsa facto*, o texto de Duncan é tido como um dos fundadores da nova geografia cultural, corrente tida nos estudos culturais de geografia como portadora de abordagem pós-saueriana. Na transição da abordagem saueriana para a nova geografia cultural destaca-se como uma das grandes rupturas paradigmáticas a transcendência da materialidade (SILVA, 2020b).

A nova geografia cultural consolidou-se na década de 1980 como uma corrente pós-saueriana, focando no simbolismo cultural como instrumento e manifestação das relações de poder, o que significa dizer que a corrente em questão preocupa-se com a influência das estruturas simbólicas nas práticas cotidianas⁷. A problematização da dimensão simbólica da paisagem justifica o grande apelo do construtivismo social

⁴ A crítica quanto à influência de Kroeber no pensamento de Sauer é relativizada por Martin S. Kenzer (1985). O autor afirma que faz mais sentido pensar na influência do *zeitgeist* acadêmico do que propriamente na influência de Kroeber sobre Sauer.

⁵ Também podem ser entendidas como movimentações paradigmáticas, em que as bases então consolidadas de determinados campos de estudo viram-se para uma nova forma de contemplar o seu objeto de preocupação.

⁶ O movimento da virada cultural nos instruiu quanto à transcendência da materialidade, as inadequações da reificação da cultura e a desconstrução da tangibilidade cultural. A virada linguística trouxe impactos notáveis nas ciências humanas (BURGESS, 1996). Demeritt (2002) alerta que existem várias viradas linguísticas, baseadas em abordagens relevantes de distintos autores. Comumente, quando se associa a virada linguística à virada cultural, é destacada a consolidação e disseminação do pós-estruturalismo, que muitos acreditam abrigar a noção de desconstrução que tem como grande divulgador Jacques Derrida. A desconstrução, que não é propriamente um método, questiona a capacidade do texto em carregar toda a essência autoral. Os efeitos do pós-estruturalismo na análise espacial impactaram na desconstrução do essencialismo nas descrições. Claramente a desconstrução do essencialismo impacta também nas formas de se ver a paisagem e o lugar. As polarizações que davam ordem as descrições espaciais passaram a ser questionadas, em um extenso rol de dicotomias: o geral/específico, abstrato/concreto, nomotético/ideográfico, teórico/empírico, quantitativo/qualitativo, econômico/cultural, moderno/pré-moderno, dentre inúmeros outros binarismos (GIBSON-GRAHAM, 2004).

⁷ A frase de Richard Schein evidencia os pressupostos da nova geografia cultural: “A materialidade e o simbolismo da paisagem articula qualquer discurso sobre o modo de vida americano e se oferece como um meio de reprodução social e cultural” (SCHEIN, 1999, p.189).

(PAIVA, 2017) e do pós-estruturalismo como arcabouços teóricos da nova geografia cultural, sem que sejam negligenciadas as preocupações de cunho social. O foco na dimensão simbólica foi o que permitiu – no âmbito da nova geografia cultural – que uma miríade de metáforas aludindo ao conjunto paisagístico fossem elaboradas. Nesse particular, destacam-se, *inter alia*, as seguintes metáforas: teatro, carnaval, espetáculo (COSGROVE, 1989), cinema (LUKINBEAL, 2005), biografia (MEREDITH, 1985), documento (SCAZZOSI, 2004), artefato (BESSE, 2006) e a mais explorada e repercutida: a paisagem como texto⁸ (ROWNTREE, 1986; COSGROVE; JACKSON, 1987; DUNCAN; DUNCAN, 1988; COSGROVE, 1990).

São os pressupostos da nova geografia cultural que substanciam a discussão proposta neste artigo. Em uma problematização essencialmente epistemológica, discutiremos como o monumento – enquanto um componente paisagístico – se apresenta como um elemento polêmico. No interior da polêmica verifica-se um contraste entre sua audácia fundadora e sua contestação à posteriori. O monumento é audacioso, pois entendemos que sua edificação gera a expectativa de transmissão de uma interpretação rígida e pouco flexível de sua dimensão simbólica. Todavia, a contestação do simbolismo pode se dar por intermédio de um revisionismo interpretativo e até mesmo de movimentos que visam à destruição ou deslocamento espacial do monumento. É objetivo deste artigo refletir sobre a interface audácia fundadora *versus* contestação e apontar, ao mesmo tempo, limitações dos paradigmas da nova geografia cultural ao debate, bem como recomendar alternativa analítica.

Patrimônio, monumento e simbolismo

A etimologia da palavra monumento vem do latim *monere*, que significa aconselhar, instruir, lembrar. Em determinado âmbito, podemos considerar um monumento como um amontoado de materiais como pedra e madeira. Ao sabor do curso histórico, outros pensamentos passam a ser inscritos ou projetados sobre sua essência material, tanto em âmbito literal ou metafórico.

Martin Auster (1997, p.221)

Monumentos são patrimônios. O conceito de patrimônio se manifesta como as tradições culturais e os artefatos e monumentos herdados do passado. É carregado de

⁸ Recentemente foi publicada, em língua portuguesa, uma reflexão acerca da possibilidade da paisagem ser vista como intertexto. Para acessar a discussão, ver SILVA (2021).

valor, abrangendo e às vezes obscurecendo diferenças de interpretação que são dependentes de variáveis-chave, como classe, gênero e localidade; nesse sentido o patrimônio se associa a uma estrutura mais ampla de ideologias ora dominantes, ora subversivas. Assim, “a ideia de patrimônio pode ser vista como reforçadora ou desafiadora dos padrões de poder” (HARDY, 1988, p.333). Aquilo que se considera como patrimônio varia muito entre diferentes povos e ao longo do tempo⁹. Entretanto, a capacidade que o patrimônio tem de estabelecer um vínculo com as pessoas é universal (LOWENTHAL, 2005). Um dos exemplos de que a ideia do patrimônio não é exclusivamente ocidental é o fato de o Japão ter adotado, após a restauração Meiji no século XIX, uma legislação de proteção a bens arquiteturais e artísticos antigos. Nesta legislação japonesa é introduzida a concepção de “tesouro nacional” para aludir a tais bens (HARTOG, 2006).

É de se pensar de forma otimista que as gerações vindouras poderão vislumbrar paisagens com contrastes temporais ainda mais notáveis. Isto se explica pelo esforço de preservação ocorrido por intermédio de políticas públicas e da atuação de instituições visando a conservação da memória. Os memoriais e os atos de celebração constituem-se como meios potentes de expressão da memória, possibilitando a conexão do sentido histórico¹⁰ com as identidades culturais contemporâneas (WHITERS, 1996). Se hoje podemos ver a paisagem analogamente como um palimpsesto, poderemos traçar a expectativa de que mais camadas temporais estejam sujeitas ao escrutínio de gerações vindouras, pelo menos no que tange ao patrimônio antropizado. Já o que se chama de patrimônio natural, precisamos considerar que é mais difícil supor o seu futuro.

Comparando patrimônios naturais e culturais, há de se destacar a dimensão distinta na intenção da preservação. Lowenthal (2005) argumenta – trazendo consigo uma noção da modernidade que aparta a natureza do homem – que natureza é sempre o outro, enquanto que o patrimônio cultural pode ser identificado como importante para o próprio passado e para a identidade cultural. Discordamos em parte, pois, de acordo com concepção dialética que envolve o homem e o meio, espaços ditos naturais também são

⁹ No Brasil, quando se criou o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 1937, as discussões sobre o campo patrimonial eram traçadas principalmente por arquitetos, com pouca participação de teóricos da cultura. Isto nos ajuda a pensar que os bens patrimoniais instituídos eram voltados para a ideia de um patrimônio edificado (ARARIPE, 2004). Não é algo destoante do espírito de época acadêmico, visto que na década anterior à criação do SPHAN, Sauer publicava “*A Morfologia da Paisagem*”, trabalho que enfatizou os aspectos visíveis e materiais da paisagem que eram produzidos sobre o substrato natural. Contemporaneamente, a visão estritamente material do patrimônio é amplamente considerada limitada, pois é mister que “se veja o patrimônio como parte integrante da comunidade onde está inserido, numa representação das manifestações sociais que marcam ou marcaram suas vidas, conquistas, sonhos, realizações e que constroem a história, e a possibilidade de olhar esse patrimônio como memória social” (ARARIPE, 2004, p.113) e como um actante (ator não-humano) que afeta, em algum nível, o indivíduo.

¹⁰ Ainda que o sentido histórico seja amplamente discutido nas interpretações diversas sobre o passado.

palco da experiência humana. Em uma noção topofílica (TUAN, 1980), tais espaços naturais – uma vez apresentando-se como palco da experiência humana – podem se constituir como memória afetiva e fazer parte das considerações de outrem tanto quanto qualquer patrimônio cultural. Nesse sentido, a divisão entre patrimônio cultural e natural parece ter mais utilidade enquanto uma forma de catalogar os bens do que enquanto uma proposição que afina a teoria. Contudo, é, de fato, uma divisão que a própria UNESCO propôs em 1972, na ocasião da Convenção Mundial do Patrimônio (RÖSSLER, 2006) [*World Heritage Convention*]. Lowenthal (2005) busca uma proposição interativa entre estas duas tipologias patrimoniais ao destacar que “aquele que abomina a devastação ambiental praticada pelo homem precisa balancear as perdas naturais e os ganhos civilizacionais” (LOWENTHAL, 2005, p.90). O autor lembra que o desmatamento da Índia e da Nova Inglaterra ajudou a criar um patrimônio cultural de muito valor, assim como os troncos de pinheiros da Dalmácia foram sacrificados nos erguimentos dos incomparáveis palácios de Veneza.

Além da dicotomia natural e cultural, é entremeada na dimensão patrimonial as concepções binárias de material e imaterial [*tangible/intangible*]. Os patrimônios imateriais aludem aos modos de fabricação e às tradições ligadas a atividades laborais e produtos que são tradicionalmente ligados a uma dada porção do espaço. Diferentemente dos patrimônios materiais, os imateriais não podem ser georreferenciados, a não ser se for produzida uma generalização espacial problemática. Em Minas Gerais, são exemplos de patrimônios imateriais a produção de vinho nos municípios de Andradas e Caldas (CHELOTTI; MEDEIROS, 2020), além do Queijo Minas Artesanal (NETTO, 2011), que está, por sua vez, vinculado a certo agrupamento de municípios mineiros. Existe uma crítica envolvendo a categorização do patrimônio que é direcionada ao fato das categorizações serem arbitrárias (KIRSCHENBLATT-GIMBLETT, 2004). De fato, existem expressões materiais que não se enquadram isoladamente em uma categoria, expondo a fragilidade da imposição rígida dos limites conceituais acerca da classificação patrimonial. Considerando uma concepção material-transcendente, concordamos com Fátima M. A. Araripe, quando a mesma afirma:

quando falamos de patrimônio cultural estamos nos referindo ao conjunto de tudo que tem significação, aquilo que tem sentido social, não importando se esse patrimônio é algo materializado (visível) ou simplesmente manifestações da cultura que se apresentam através (sic) do cidadão comum (ARARIPE, 2004, p.113)

Se por um lado a divisão entre patrimônio cultural e natural expressa a ideia da separação entre homem e natureza que é uma das bases filosóficas da modernidade, por outro a divisão entre patrimônio material e imaterial expressa a separação entre mente e matéria que tanto foi criticada por geógrafos culturais do período pós-*virada cultural*, incluindo dentre eles Augustin Berque e Denis Cosgrove. O conceito de *trajeção*¹¹ problematizado por Berque (2017) sintetiza o modo de ver a materialidade e a imaterialidade de forma conjunta, como dimensões indissociáveis. Por esta razão trataremos os monumentos como patrimônios, sem a preocupação de categorizá-los.

Foi observado um grande *boom* na construção de memoriais e estátuas a partir da segunda metade do século XIX. Monumentos geralmente se apresentam como elementos enigmáticos na paisagem: são ao mesmo tempo elementos tangíveis da paisagem cultural e propagadores de sentidos advindos do simbolismo que carregam (CUDNY; APPELBLAD, 2020). Os monumentos estão situados espacialmente, embora alguns possam ser deslocados, como se vê em diversos exemplos de espólios de guerra trazidos à Europa. A rigidez de sua posição¹² e de sua temporalidade fundadora¹³ contrasta com a fluidez do seu significado: as narrativas abrigadas pelos monumentos podem ser amplamente avaliadas como inverossímeis mediante contextos de tempos posteriores ao seu erguimento. É o tempo em movimento que ajuda a explicar as mudanças de contexto social que amparam as contestações acerca de homenagens a figuras vistas como polêmicas ou politicamente incorretas. É interessante pensar que estátuas hoje erguidas podem, num futuro distante, serem vistas como extremamente inadequadas, portadoras de mensagens problemáticas para contextos vindouros. Isto nos leva a pensar acerca de quais elementos de nossa vida cotidiana poderão ser vistos como absurdos ou – numa linguagem eivada de eufemismo – como obsolescências típicas do homem do tempo ido.

A crença de que as formas simbólicas espaciais são dotadas de um sentido político, assim como a ideia de que a paisagem é um campo de batalhas de múltiplas narrativas é bastante explorada pela nova geografia cultural, em particular na reflexão acerca da

¹¹ A *trajeção*, por sua vez, é o processo evolutivo no qual o ambiente é antropizado pela técnica e humanizado pelo símbolo, o que o faz um meio humano e onde, simultaneamente, em retorno, este meio condiciona o humano para, indefinidamente, humaniza-lo de volta e assim por diante (BERQUE, 2017, p.6).

¹² Deslocamentos de estruturas trazem consigo um processo irresistível de resignificação. A réplica da Pedra de Roseta enviada ao Egito não preenche o vácuo deixado pela original, que é um espólio colonial que repousa em museu londrino. Da mesma forma, o deslocamento espaço-temporal provocado pela colocação do obelisco egípcio na avenida Campos Elísios em Paris traz, *per se*, novos sentidos ao monumento. É importante considerar que a paisagem – enquanto um campo de batalha simbólico – tem nas resignificações um processo corriqueiro e não uma situação excepcional. São as narrativas representacionais que vestem os ícones paisagísticos, encontrando tantas versões quanto é possível ser abrigado pela diversidade da mente humana.

¹³ Relíquias históricas, monumentos e memoriais são situados temporalmente em um passado relembrado ou imaginado (RAIVO, 2015).

paisagem vista enquanto texto¹⁴. De acordo com Roberto Lobato Corrêa, no interior desta perspectiva que relaciona o simbólico e o poder, considera-se que os idealizadores do simbólico visam, em intencionalidades que não são necessariamente excludentes entre si:

glorificar o passado, acentuando alguns aspectos julgados relevantes para o presente e o futuro;
reconstruir o passado, conferindo-lhe novos significados. Neste caso, como no anterior, tradições podem ser inventadas;
transmitir valores de um grupo como se fossem de todos. Nesse caso estão envolvidas fortes relações de poder;
afirmar a identidade de um grupo religioso, étnico, racial ou social. A identidade nacional tem sido objeto de inúmeras formas simbólicas;
sugerir que o futuro já chegou, sendo portador de características julgadas positivas;
criar "lugares de memória", cuja função é a de estabelecer ou manter a coesão social em torno de um passado comum" (CORRÊA, 2007, p.10).

Têm sido usual a utilização do termo “arquitetura de guerra” [*warchitecture*], que significa uma doutrina de utilização de estratégias militares que tem como objetivo o ataque ao habitat, incluindo a identidade arquitetônica e o patrimônio. É uma estratégia que faz parte de uma face não muito explorada do genocídio e etnicídio. Um sistemático ato de destruição patrimonial como ato de guerra não apenas suprime a moral e a cultura de uma nação, mas consiste em um ato deliberado de destruição da memória de um povo e – à *grosso modo* – de sua existência (FARHAN; AKEF; NASAR, 2020).

O simbolismo carregado pelos monumentos é geralmente um tema de grande interesse para os geógrafos que conduzem a sua pesquisa a partir dos pressupostos da nova geografia cultural¹⁵. O campo patrimonial também é bastante fértil para a discussão de temáticas vinculadas ao feminismo. Apesar da figura feminina ser utilizada em algumas simbologias tais como a estátua da liberdade, mulheres raramente aparecem em esculturas como lideranças políticas e culturais (JOHNSON, 1995). Para além disso, o simbolismo fálico povoa densamente a paisagem¹⁶, incluindo em formas discretas de arranjo arquitetônico que muitas vezes não são alvo de nossa atenção primária. No interior desta

¹⁴ A ascensão do pós-estruturalismo permitiu ver as relações sociais a partir de outro prisma, com impacto relevante nas artes, incluindo a interpretação do patrimônio. Clichés comumente utilizados na interpretação de monumentos foram substituídos por discursos de maior profundidade que incluem a intermediação de narrativas (CUDNY; APPELBLAD, 2020). O patrimônio, a par de sua existência real, constitui uma formação discursiva (VELOSO, 2006).

¹⁵ Os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças e utopias e afirmar o poder daqueles que os construíram (CORRÊA, 2005). *Ipsa facto*, mais do que tratar os monumentos como meras construções que visam à melhoria estética da paisagem e do lugar, pesquisas acadêmicas que remontam à década de 1980 vem dando ênfase ao significado político e cultural que transbordam de sua materialidade (JOHNSON, 2002). Neste âmbito, são notáveis nomes que geralmente estão associados à nova geografia cultural.

¹⁶ Para aprofundar no assunto do simbolismo fálico e na erotização paisagística, ver o conceito de pornotopias problematizado por Douglas Porteous (1986).

seara simbólica, Martin Auster (1997) considera que a paisagem como um todo é carregada de simbolismo, mas, em uma análise mais detida e particular, existem elementos que a compõem que contém um simbolismo *per se*. Assim como acontecimentos podem tornar-se tão grandiosos quanto os anos que marcam sua cronologia – vide o binômio 1789 e queda da Bastilha –, monumentos podem dominar as paisagens. As simbologias que carregam extravasam o seus domínios, como se passássemos a ver os seus arredores sobre as lentes coloridas de sua influência.

Existe uma parcela de simbolismo que é difícil de ser absorvido e comunicado, pois permanece em uma espécie de patamar subliminar, fazendo sentido somente a quem busca se informar sobre os detalhes arquitetônicos do monumento. Geralmente faz parte deste rol o simbolismo que envolve os números associados à construção de um monumento. A gigantesca mesquita de Çamlica – inaugurada em março de 2019 – evidencia esse tipo de simbolismo: quatro dos seis grandes minaretes do conjunto arquitetônico possuem exatamente 107,1 metros de altura, que aludem à vitória do império Seljúcida sobre o Bizantino na batalha de Manzikert, ocorrida no ano de 1071. A história nos conta que este triunfo seljúcida contribuiu decisivamente para minar a autoridade bizantina na Anatólia e abriu o caminho para a invasão turca e a progressiva "turquificação" regional (HAMMOND, 2020).

Além de expressar a dimensão simbólica, os monumentos carregam muitas vezes funções práticas na vida cotidiana das pessoas. Todavia, não são imunes ao tempo: os fatos históricos que se dão na paisagem em que participam e a apropriação do seu lugar como palco de eventos pode contribuir para a agregação de novas simbologias. Dependendo da relevância dos fatos que se dão, as concepções originais pode até mesmo ficar em um segundo plano. Os fatos podem dominar o significado dos lugares. É difícil, por exemplo, separar a igreja da Candelária no Rio de Janeiro da chacina ocorrida em 1993, quando oito jovens perderam a vida em seu entorno. É importante pontuar que não é necessária uma arquitetura arrojada e um trabalho descomunal de erguimento para que um dado monumento possa ser constituído de fortíssima simbologia.

Como pode o patrimônio carregar e ter um compromisso com um viés? Qual é a importância deste fato, já que as pessoas traduzem os elementos da paisagem de uma maneira própria e excepcional? A resposta é a dialética que constitui nossa identidade. Pois se o patrimônio carrega valores enviesados, é plausível considerar que de certo modo os transmite, afetando os receptores das mensagens patrimoniais que, por sua vez, os processam e reelaboram interpretações sobre o patrimônio. Afinal, como nos esclarece a trajetória berqueniana, o homem atribui significado ao meio e é significado por ele também.

É importante considerar que o tombamento de um bem patrimonial apresenta-se como uma forma de romper com o livre percurso dessa dialética: um tombamento muitas vezes significa um congelamento estético, como se o patrimônio passasse a ser imune ao tempo: proibições de intervenções nas fachadas, nos materiais e nas cores e tipos de tintas utilizados limitam as alterações que o homem poderia produzir nos bens materiais.

Monumentos públicos despertam o interesse de geógrafos por expressarem fortemente a relação entre as pessoas e os lugares. No interior da lógica simbólica devemos considerar que os monumentos carregam mensagens, que metaforicamente podem ser compreendidas como textos; estas mensagens estão em diálogo com a situação contextual da paisagem e do lugar. É importante dizer que a interpretação das mensagens extraídas dos monumentos é problemática e fluída (AUSTER, 1997). Afinal, textos podem ser interpretados de forma diferente entre indivíduos. A leitura textual pode envolver um ato político; uma vez compreendido o sentido do texto, este pode ter o seu conteúdo representado em uma narrativa e ser transmitido a partir de distintas bases em relação àquelas que se aproximam de sua narrativa fundadora. Por isso, podemos considerar os monumentos enquanto alegorias, ou seja, figuras de linguagem que significam mais do que a literalidade expressa. Considerando este âmbito, a celebração do passado consagra-se como um palco de disputa, já que existe a competição e o conflito envolvendo diferentes atores sociais interessados em narrar o passado ao seu modo. Nesse sentido, os memoriais são lugares que se tornam palco de disputa entre narrativas.

Sabe-se que a interpretação patrimonial é mais do que uma mera regurgitação do passado: a leitura do patrimônio revela dialéticas que estão em jogo. A personalidade e a experiência do intérprete estão inseridas nas versões apresentadas sobre a interpretação patrimonial (OLSEN; TIMOTHY, 2002). Existem diferentes tipos de experiência com o patrimônio. É provável que uma visita à Meca represente uma experiência mais intensa a um muçulmano do que a uma pessoa que tenha outra fé (TIMOTHY, 1997). Este argumento nos ajuda a pensar de que forma o patrimônio pode ser contestado: é um fato observável que linhas de interpretação acerca do patrimônio colidam apresentando em seu escopo uma parcela de significados antagônicos entre si e em proporção suficientemente notável para que, aos olhos de alguém, uma narrativa caia em uma posição de incredulidade.

Os monumentos – entendidos como formas simbólicas grandiosas como estátuas, obeliscos, colunas e templos – podem ser portadores de um sentido identitário nacional. Representações materiais de eventos passados integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem de determinados espaços públicos da cidade

(CORRÊA, 2005). É comum ver, nas cidades de fronteira, estátuas que buscam eternizar a memória militar, ressaltando a importância do dever cívico do cidadão de fronteira em se constituir como um guardião do território nacional. Para além das estátuas, não é raro observarmos que a própria paisagem de fronteira tem um viés militarizado, com a presença de batalhões do exército e fortes históricos.



Figura 1: Monumento em Cobija, capital do departamento boliviano de Pando. Cobija é uma cidade situada junto ao limite Bolívia-Brasil. Nas cidades de fronteira é comum a existência de monumentos que aludam à memória militar, incluindo homenagens a figuras militares e ao esforço de guerra de um povo. Créditos da imagem: do autor, registrada em 28 de julho de 2016.

Monumentos são erguidos para valorizar e lembrar grandes feitos. A força dos memoriais de guerra, que homenageiam os combatentes que morreram em honra da nação mítica, apresenta-se grandiosa (GOUGH, 2000). Quase invariavelmente os mortos de guerra são lembrados como mártires, que deram a vida para que a atual geração desfrute da vida nos moldes nos quais conhecem e geralmente apreciam. Este apreço se explica por uma espécie de mito da caverna, no qual a impossibilidade de conhecer uma realidade alternativa eleva o presente a um patamar de alta consideração. Para além desta questão, o mito da nação é muito poderoso (ANDERSON, 2008), sendo os cerimoniais corriqueiramente solenes; muitas vezes o respeito e a consideração são construídos não

somente socialmente, mas também por força da lei, já que o desrespeito aos símbolos patrióticos pode, em muitos países, se constituir como crime. Esta é uma das razões nas quais alguns veem muita congruência entre as categorias nação e cultura: seus universos semânticos flutuam sem precisão em seus limites, por vezes se colidindo e apresentando notável congruência.

Wilbur Zelinsky (1986) destaca a força do Estado e do nacionalismo sobre a paisagem. Destaca que o Estado pode selecionar aquilo que deve ser lembrado pelo conjunto de sua população. Esta orientação, contudo, pode variar ao sabor da história: nos Estados Unidos, até as duas primeiras décadas do século XX, pode-se notar vigorosa inclinação no erguimento de estruturas que aludiam de alguma forma à Revolução Americana. A partir de 1920, este padrão claramente se modificou (ZELINSKY, 1986). Nos Estados Unidos a lealdade do cidadão perante o Estado e ao conjunto de valores nacionalistas apresenta-se destacada. É possível observar, mesmo no âmbito da propriedade privada, uma profusão de bandeiras nacionais (ZELINSKY, 1986).

Se, por um lado, a origem dos Estados-nação é relativamente recente, por outro, as ideias nacionalistas atravessam os séculos, geralmente sustentadas pela premissa de que a identidade de um grupo deriva de um patrimônio coletivo. Estados nacionais buscaram manter essas identidades, lançando luz sobre a trajetória histórica de um grupo cultural por intermédio da preservação de elementos do ambiente construído, das condições de replicação dos espetáculos memoriais, da arte, dos museus e dos monumentos (JOHNSON, 1999). Por isso, não é difícil perceber que as nações tenham ajudado a construir paisagens marcadas pela memória histórica coletiva composta de memoriais relembando eventos enobrecedores, triunfos sobre a barbárie ou o martírio de cidadãos que deram sua vida em prol da luta pela existência nacional (CHARLESWORTH, 1994).

A politização da arte e a estetização da política apresentam-se como duas faces de uma mesma moeda. O brilhante arquiteto Berthold K. H. Albert Speer serviu ao governo de Hitler, sendo responsável por diversas obras e recomendações estéticas que auxiliavam a transmissão da ideologia nazista por meio do simbolismo. São inúmeras obras que transmitiam simbolicamente as pretensões e convicções de Adolf Hitler e seus apoiadores (MITCHELL, 2003) quanto à formalização de um mítico ideal nacional. Nas palavras de Katharyne Mitchell, “patriotismo e imperialismo estavam ligados por Hitler e Speer na formação estética do império imaginado do Terceiro Reich” (MITCHELL, 2003, p.444).

Tanto os lugares míticos quanto os religiosos baseados em poderosas imagens usufruem das projeções materiais e simbólicas advindas de monumentos; os geógrafos reconhecem a importância destas projeções imagéticas como meios de propagandear

lugares (JOHNSON, 1999). As ruínas de Machu Picchu, antigas edificações erguidas pelo império incaico, não raramente são apresentadas como portadoras de propriedades místicas. Certos lugares possuem valor sagrado e de cura; o Monte das Oliveiras é local de contemplação e silêncio enquanto que as águas do Ganges sustentam o simbolismo cotidiano hindu, celebrando rituais de vida e de morte. É importante notar que as geografias imaginativas podem desestabilizar a memória oficial (SILVEIRA, 2020): uma ruína¹⁷ pode despertar fantasias relacionadas a pessoas e eventos que podem jamais terem se associado às suas entranhas e quiçá adjacências. Além disso, um patrimônio pode apresentar uma compreensão mística que conflita com versões essencialmente ligadas aos registros oficiais.

Certamente o simbolismo pode ir além das questões de identidade nacional: Andrew Charlesworth (1994) explorou em um trabalho as tentativas de ressignificação de Auschwitz realizadas por comunistas e católicos poloneses. O poderoso simbolismo do antigo campo de concentração nazista também pode ser abordado por perspectivas distintas. É também notável o exemplo da Basílica de Sacre Couer, em Paris, que se impõe não somente pela sua riqueza arquitetônica – um monumental templo religioso de estilo Bizantino –, mas também por ter assistido e sido palco de movimentações políticas importantes em uma França efervescente (HARVEY, 1979). Assume uma posição de comando, no topo da colina Montmatre, numa estratégia claramente utilizada nas cidades monárquicas brasileiras de topografia inquieta. Assim, destaca-se no *skyline* como uma espécie de panóptico que zela pela urbe que a acolhe. A basílica parisiense foi ressignificada ao sabor das movimentações políticas, carregando uma história recheada de grandes acontecimentos que nunca poderiam ser previstos pelos homens que trabalharam no seu erguimento. Muitas vezes os monumentos são descritos pelo simbolismo que carregam. A descrição, em tempo presente, ignora o dinamismo diacrônico que é indissociável do monumento. Assim, a descrição, seja ela em qual tempo for feita, é um recorte. Novas significações estão sendo elaboradas, sendo o tempo atomístico o fator passivo diretamente associado ao acúmulo experiencial e simbólico. A descrição do monumento carrega, também, os problemas que advém da narrativa histórica e que foram problematizados pelo historiador Hayden White no conjunto de sua obra. Na perspectiva daquele que descreve, certos simbolismos podem ser supervalorizados e outros

¹⁷ As ruínas carregam poderosos significados. Por trás do vazio e do abandono situam-se processos marcados por interrupções e preferências. A ruína representa uma forma contemporânea de resistência (SILVEIRA, 2020), à medida que, antes de um eventual tombamento, encontra-se em um limbo caótico: enquanto rugosidade espaço-temporal não foi reconhecida como capaz de revelar o próprio sentido da inadequação que carrega.

obliterados. Causa estranhamento – apesar de ser um ato muito comum – quando as descrições sobre monumentos tratam a sua história finalizada, como se estivessem eternizados em seu significado. Esse ato alimenta a audácia do monumento.

A audácia fundadora e sua contestação

Para pensar a edificação patrimonial é fundamental que se tenha clara a diferença entre história e memória. A história é um conceito temporal relativo, enquanto que a memória é um conceito temporal relacional. Se o lugar é meramente historicizado no espaço relativo por meio do erguimento de certo tipo de monumento, então isso impõe uma narrativa fixa no espaço, dotada de viés. O efeito será o encerramento de futuras possibilidades e interpretações¹⁸ (HARVEY, 2012). Tal fechamento tenderá a estreitar a potência geradora que permitiria construir um futuro diferente. Mas é justamente a memória que reabre o campo de luta acerca do significado, podendo agir incontrolavelmente em momentos de crise em prol da revelação de novos significados. O modo como o local poderia ser vivido por aqueles que o encontram se torna então imprevisível e incerto. A memória coletiva, um difuso e poderoso sentido que tanto permeia uma cena, pode desempenhar um papel significativo na animação dos movimentos políticos e sociais¹⁹.

David Harvey (2012) dá o exemplo do Marco Zero das torres gêmeas de Nova Iorque ao dizer que o memorial “não pode ser outra coisa além de um lugar de memória coletiva, e o problema dos arquitetos é traduzir esta sensibilidade difusa em um espaço absoluto de tijolos, cimento, aço e vidro” (HARVEY, 2012, p.26). Harvey destaca a dificuldade dos monumentos em expressarem a amplitude da memória a partir do exemplo do Marco Zero em Nova Iorque. Argumenta que é necessária extrapolação e ressignificação para compreender que por detrás do sofrimento das vítimas dos atentados terroristas, existe uma rica história e detalhada memória ligada às incoerências da política

¹⁸ Entendemos que David Harvey (2012) referiu-se ao encerramento representacional, ou seja, o erguimento do monumento é um ato de imposição de uma narrativa na posição de quem o constrói, ainda que posteriormente possam existir movimentos de ressignificação e/ou contestação do significado. Deste modo, do ponto de vista das forças associadas ao erguimento do monumento, o ato de construção monumental tem o efeito de um pretense “fim da história simbólico”.

¹⁹ O processo de patrimonialização é um ato político que manifesta em amplo espectro: se considerarmos o plano da institucionalização patrimonial assegurada pelo poder público, é um ato político evidente; no plano dos costumes cotidianos, envolvendo atores não-estatais, a patrimonialização é também uma forma de operar relações de poder por intermédio de um universo cultural material-transcendente. É sempre importante lembrar o que parece ser óbvio: não é o Estado quem detém o monopólio das relações de poder.

externa dos Estados Unidos, que outrora apoiaram Osama Bin Laden e os mujaheddins tendo como inimigo comum a presença soviética na Ásia Central; acrescenta-se ainda o fato de que, posteriormente, os Estados Unidos ignoraram a ascensão do Talibã ao poder em 1996 que, em um efeito dominó, participou do fortalecimento e organização logística da rede terrorista Al Qaeda e, portanto, da gênese de sua capacidade de se organizar e promover o ataque em território americano. Terroristas curiosamente estabeleceram uma leitura simbólica dialética entre os seus ícones e valores frente ao dos norte-americanos. Neste âmbito, o atentado terrorista parece querer expor uma ironia, evidenciando contradições da política externa americana dando margem para uma narrativa de autoreflexão sobre uma cumplicidade acerca do evento violento.

É interessante pensar que o monumento do Marco Zero se tornou um ponto no meio da linearidade da história e da memória a partir da recente retomada do poder pelo Talibã no Afeganistão, consolidada em agosto de 2021. Não há limites para a pluralidade das interpretações. Nós mesmos não pretendemos aqui esgotar as narrativas sobre os eventos históricos que se conectam e dão fôlego à materialidade patrimonial; apenas intermediamos a história por detrás do monumento, certos de que nossa narrativa pode certamente apresentar-se desalinhada frente à perspectiva das forças erguem o monumento.

Segundo David Lowenthal (1998), é importante destacar que o patrimônio não é a mesma coisa que a história. Monumentos e festivais nunca ajudam a história²⁰, pois protegem erros e consolidam e ajudam a reproduzir preconceitos²¹. O patrimônio não diverge da história em ser enviesado, mas no compromisso com o viés que carrega. Os historiadores, pelo seu lado, objetivam reduzir o seu viés; o patrimônio sanciona-o e fortifica-o. É nesse ponto analítico que reside a audácia fundadora do patrimônio e, portanto, do monumento. Acreditamos que o patrimônio é capaz de ajudar a história; por mais que consideremos que o patrimônio é enviesado, tal como preconiza Lowenthal, há de se considerar que o seu viés permite ao historiador propor intermediações de narrativas. Esta problematização não objetiva negar a capacidade do patrimônio em penetrar na consciência popular e se constituir como uma ferramenta estratégica do

²⁰ Neste trecho, o uso da palavra história, por David Lowenthal, claramente alude a uma forma de remontar o passado que é distanciada da pretensão de estabelecer uma verdade ou uma narrativa linear que implacavelmente retumba nos corações e nas mentes de todos. Ao dizer que monumentos e festivais nunca ajudam a história, Lowenthal evidencia a rigidez da representação, que é incapaz de esgotar os relatos sobre o passado.

²¹ Em uma mesma linha, Katharyne Mitchell (2003) argumenta que os monumentos não são mais do que ferramentas selecionadas que ajudam a memória: incentivam-nos a lembrar de algumas coisas e esquecer outras, fato que pode ser aplicado de uma forma mais ampla ao patrimônio.

poderoso, proporcionando não somente discursos de classe ou de diversas ideologias, mas especialmente a absorção de conceitos como o nacionalismo e o patriotismo (HARDY, 1988). Nota-se, porém, que o patrimônio também serve às manifestações e perpetuação de ideias subversivas. Esta é uma reação à sua audácia fundadora.

Recentemente tornou-se notável em diversos pontos do espaço geográfico o crescente questionamento acerca da presença de patrimônios que aludem a costumes odiosos e práticas imorais. Não é de se surpreender, dada à relevância dos simbolismos, a queda de estátuas do ditador baathista Saddam Hussein logo após a invasão norte-americana ao Iraque em 2003, bem como a aniquilação das ruínas históricas de Palmyra realizada pelo ISIS (*Islamic State of Iraq and Syria*)²² em território sírio, a implosão coordenada pelo Talibã dos Budas de Baymian no Afeganistão e o fato de, mais recentemente, a estátua de Borba Gato arder em chamas na cidade de São Paulo durante um protesto. Forest e Johnson (2018) falam sobre movimentos nos Estados Unidos para a retirada de monumentos confederados que aludem à supremacia branca. Os autores destacam que existe um entendimento que estes movimentos são equivocados por “apagar a história”, ainda que a alusão ao passado carregue consigo episódios de grande sofrimento a muitas pessoas. Os defensores da manutenção destes monumentos polêmicos argumentam que “o registro histórico não deve ser alterado para contemplar sensibilidades contemporâneas”, pois, “a paisagem simbólica é um tipo de arquivo histórico cujos itens não devem ser removidos” (FOREST; JOHNSON, 2018, p.3). Tem se observado nos Estados Unidos e em outros países discussões que envolvem em âmbito simbólico as questões raciais: em Richmond, Virgínia, a instalação da estátua do tenista Arthur Ashe foi precedida de muito debate e controvérsia, principalmente por ser realizada na avenida dos monumentos da cidade, que abrigava, dentre outros, a estátua de Robert E. Lee, nome de destaque do exército dos Estados Confederados (EVANS, 2021). O simbolismo da militância da causa negra, carregada pela representação de Arthur Ashe e a tentativa de manter a escravidão por parte dos confederados tornam a avenida uma expressão oximorônica²³. O surgimento de monumentos próximos a outros pré-existent

²² Ömür Harmarsah (2015) traz um importante ponto de vista sobre a aniquilação patrimonial por parte do ISIS: para o autor, a destruição do patrimônio arqueológico tem como objetivo suprimir o senso de pertencimento à paisagem e ao lugar. Em outras palavras, é uma forma de desterritorialização simbólica. O modus operandi do ISIS foi classificado pelo autor como super-moderno, já que “incorpora as mais poderosas ferramentas da hiper-realidade ao disseminar seus atos violentos” (HARMARSAH, 2015), tanto contra pessoas quanto contra o patrimônio.

²³ A localização dos monumentos representa muito mais do que visibilidade e acessibilidade. Além de seu caráter absoluto – referente ao sítio do monumento – e de seu caráter relativo – referente à acessibilidade face aos espaços sociais e econômicos da cidade –, a localização apresenta um caráter relacional, que inclui os significados que foram construídos a seu respeito pelos diversos grupos sociais. Este é um ponto importante porque o monumento pode incorporar os significados já atribuídos à sua localização (CORRÊA,

pode modificar o senso de conjunto paisagístico: uma organização não-governamental russa instalou um memorial em homenagem às vítimas de repressão política a poucos passos da estátua do fundador do serviço secreto policial soviético Felix Dzerzhinskii (FOREST; JOHNSON, 2018).

Sobre a supressão de monumentos e ícones paisagísticos, destaca-se o primoroso trabalho de James Bell (1999) acerca das mudanças simbólicas da paisagem de Tashkent, no Uzbequistão. É importante ressaltar, de partida, que o Uzbequistão foi ocupado pelo império russo na segunda metade do século XIX. Com a ascensão soviética na primeira metade do século XX, destacou-se uma política de opressão da nacionalidade uzbeque e dos símbolos czarinos, que incluiu mudanças estéticas na paisagem da capital do país. Partindo do pressuposto de Benedict Anderson sobre a ideia de nação como uma comunidade imaginada²⁴, temos o nacionalismo como um campo discursivo, estruturado por mitos de identidade nacional (BELL, 1999); neste particular, o simbolismo na paisagem é um reforçador discursivo dos valores nacionais, sejam eles direcionados às velhas tradições uzbeques pré-coloniais ou ao período soviético. Para os soviéticos, era importante transformar Tashkent em uma cidade moderna, estruturada a partir da ordem político-social soviética. A praça vermelha, importante espaço público da cidade uzbeque, assistiu um processo de sovietação que arrasou duas estruturas czarinas – a mansão do governador geral e Catedral do Salvador Ressuscitado [*Spaso-Preobrazhenskiy Sobor*] – e ergueu prédios administrativos e um monumento dedicado à Lénin. Processo similar ocorreu na icônica rua Sheikhanturskaya, importante artéria que une a velha e a nova Tashkent. A rua em questão foi alargada, pavimentada e ganhou árvores, em uma estética similar a algumas capitais europeias. Estruturas tradicionais ao longo da rua foram destruídas, à exceção de alguns monumentos que remontavam ao século XVI (BELL, 1999). O que aconteceu na paisagem de Tashkent encontrou eco em movimentos similares da vida social. Da mesma forma em que as construções antigas foram substituídas por novas, funcionários mais antigos que trabalhavam nas repartições desde o Uzbequistão czarino foram sendo substituídos por jovens uzbeques que foram educados e politizados durante a era soviética (BELL, 1999). O terremoto que atingiu Tashkent em 1966 abriu uma nova oportunidade para a revitalização estética da cidade. A antiga praça vermelha, que passou a ser chamada de Praça Lénin, teve seu espaço ampliado, recebeu novos prédios

2005). Inversamente, a localização de um monumento pode minimizar ou reverter os significados atribuídos ao lugar, estabelecendo-se uma ambiguidade locacional (CORRÊA, 2005).

²⁴ Muitos estudiosos tem se dedicado a mostrar a natureza inventada e construída da nação e da identidade nacional, bem como apresentar a necessidade da construção de mitos para justificar o nacionalismo (LEITNER; KANG, 1999).

públicos e grandes fontes que imitavam um oásis. Além disso, a praça recebeu um museu de Lênin e a maior estátua do líder soviético já construída em qualquer ponto da União Soviética, tendo sua implantação concluída em 1974 (BELL, 1999). Com o fim da URSS e a independência do Uzbequistão, a Praça Lênin foi novamente reestruturada. A estátua do líder soviético foi retirada e, no seu lugar, foi instalada a escultura de um globo no antigo pedestal, simbolizando a independência do país. Em movimento similar, uma estátua de Tamerlão – um herói nacional conquistador que viveu a maior parte de sua vida no século XIV – substituiu o busto de Karl Marx (BELL, 1999).

As questões tão bem exploradas por James Bell (1999) ocorreram de forma bastante similar em outros países que estavam sob a égide de influência soviética durante o período da Guerra Fria. Com o desmantelamento do bloco soviético, estátuas de Lênin, Marx, além de certo número de homenagens a lideranças comunistas húngaras e memoriais de guerra soviéticos erguidos após o final da Segunda Guerra Mundial foram questionados e derrubados na Hungria (FOOTE; TÓTH; ÁRVAY, 2000). No centro de Moscou, na Praça Vermelha, talvez a mais questionada relíquia patrimonial da Guerra Fria ainda se sustente, apesar da grande polêmica em torno dela: trata-se do mausoléu de Lênin, um monumento que hospeda o corpo preservado do ex-líder soviético. Para alguns, o memorial a Lênin serve como uma lembrança embaraçosa de um passado soviético fracassado; para outros, uma lembrança importante da Revolução Russa e certos aspectos positivos advindos da experiência da ditadura que prevaleceu no ínterim compreendido de 1922 a 1991 (MITCHELL, 2003).

Há um processo de debate e negociação entre grupos sociais para disputarem o direito de decidirem o que é comemorado e qual versão do passado irá se tornar visível para o público (DWYER; ALDERMAN, 2008). A memória pode ser inventada e, para isto, a paisagem desempenha papel chave, já que exibe cenas que transmitem mensagens sobre um passado que as elites desejam ser recriado, inventado. As formas simbólicas espaciais constituem o veículo para essa transmissão. Trata-se da paisagem da simulação do passado, que transporta o observador a um pretérito que jamais existiu, criando uma memória seletiva e equivocada (CORRÊA, 2016). Por estas razões supracitadas, é importante que haja o incentivo às pesquisas que relacionem a designação ou nomeação do patrimônio cultural aos conflitos sociais e políticos presentes em cada paisagem (VELOSO, 2006).

Mesmo os monumentos que homenageiam causas que buscam ressaltar o orgulho nacional podem ser alvo de contestação, como é o caso do grande debate realizado na Austrália acerca das estátuas e memoriais de guerra, que levaram à morte 60.000

australianos e enviaram 300.000 pessoas às missões militares no exterior. Existem interpretações de grande respaldo na história australiana que apresentam a narrativa de que envolvimento do país na Primeira Guerra Mundial foi um erro, sendo esta uma das argumentações para a minimização da relevância dos monumentos que homenageiam os partícipes do conflito (JEANS, 1988).

A independência do continente africano também propiciou um forte questionamento quanto ao simbolismo paisagístico, evidenciando um confronto da paisagem colonial frente à proposta de uma nova paisagem pós-colonial. Este movimento ficou ainda mais evidente com a ascensão do movimento pan-africanista e o impetuoso sopro autonomista advindo da Conferência de Bandung (1955). Laragh Larsen (2012) analisou as modificações na paisagem urbana de Nairóbi, no Quênia, país que outrora fora colonizado pelo império britânico. Após a independência, Nairóbi assistiu a retirada de monumentos que celebravam o poder imperial inglês, em um movimento de reafirmação da autonomia nacional. A estátua do lorde Delamere – uma das principais lideranças colonizadoras do Quênia – foi retirada da área urbana de Nairóbi em 3 de Novembro de 1963 e conduzida para as proximidades do lago Elementaita, um mês antes da independência formal do país e tendo, portanto, seu destino atrelado às forças políticas autonomistas que já se desenhavam no horizonte político do país do leste africano.

Refletindo sobre a passagem do período colonial para o pós-colonial, Zeynep Çelik (1999) argumenta que os lugares simbólicos da cultura colonizadora continuam trazendo significados nos períodos pós-coloniais devido à sua capacidade de adquirir novos sentidos o que permite que se constituam como lugares de memória para os àqueles que foram colonizados. Esta é uma das razões para que o simbolismo colonizador seja um alvo preferencial da ação das novas forças autonomistas pós-independência. Assim como se viu no exemplo de Nairóbi, trazido por Larsen (2012), Argel – capital argelina – também assistiu supressões simbólicas. A praça das armas, espaço colonial da cidade, continha uma estética de controle: sua grande esplanada contrapunha-se às apinhadas ruelas da cidade, servindo como um espaço de reunião, manobras de veículos militares e controle, diante da presença do antigo palácio do governo outrora submetido ao comando otomano. No interior da praça, a estátua pomposa do duque de Orleans simbolizava o controle francês. Com a independência argelina, a estátua foi retirada e a praça trocou de nome, passando a ser chamada de Praça dos Mártires, em memória dos argelinos que perderam a vida na Guerra de Independência da Argélia (1954-1962) (ÇELIK, 1999).

Também foi contestada a construção e inauguração da estátua em memória de sir Arthur “Bomber” Harris em Londres em junho de 1992: se por um lado Arthus Harris é

considerado um herói militar inglês, por outro, é tido como um dos grandes responsáveis por mortes de civis nas cidades alemãs, além da marcante devastação da cidade de Dresden (JOHNSON, 1995). Vale destacar que o caso em questão destaca-se por envolver sentimentos transnacionais.

É interessante pensar que poucas pessoas trazem à mente, pelo menos a priori, imagens negativas advindas dos patrimônios materiais. Poucos se lembram por meio das pirâmides a escravidão e o incesto; a arrogância imperial do Arco de Titus e o absolutismo implacável de Versalhes (LOWENTHAL, 2011). Assim, o patrimônio pode representar um passado visto como não muito honroso por parcela dos indivíduos que o experienciam. Apesar da possibilidade destas associações, é bem estabelecido que os monumentos, assim como o patrimônio, não se apresentam como uma narrativa singular e fixa, mas como uma série de interpretações socialmente construídas sobre o passado (ATKINSON, 2007). Apesar da possibilidade das múltiplas interpretações da paisagem e do patrimônio, certamente algumas versões ou pelo menos alguns elementos no interior de narrativas acabam apresentando-se de forma dominante. É provável que essa dominância traga impactos – ao menos em uma dimensão subliminar – aos mais cuidadosos e relativistas intelectuais que lidam com o passado.

Considerações finais

O movimento da virada cultural nos instruiu quanto à transcendência da materialidade, as inadequações da reificação da cultura e a desconstrução da tangibilidade cultural, abrindo possibilidades para entendermos a mesma como permeável, dinâmica e híbrida. Não devemos conceber a cultura como um agrupamento de homogeneidades, devido às variações identitárias. Da mesma forma, correntes de pensamento vistas enquanto rótulos acabam agrupando mentes autônomas, peculiares, construídas por excepcionais percursos intertextuais. Denis Cosgrove queixou-se certa vez de ter sido incluído no rol de “novos geógrafos culturais”, em uma associação que é realizada de forma extremamente comum. Temos dúvida se o esforço a favor da associação entre pesquisador e rótulo faz sentido; afinal, ninguém pode ser definido por uma palavra. Todavia, estas autodefinições existem e são contraditórias à própria coletividade que alguns almejam pertencer, pois agrupamentos carregam diversidade e seus limites, assim, flertam com arbitrariedade. Entre os que se rotulam como feministas, marxistas, dentre outros

agrupamentos, existem talvez até mais divergências do que em relação a alguns que não desejam estar sob a sombra destes estereótipos.

Ainda assim, podemos refletir sobre o rótulo da nova geografia cultural, problematizando sua capacidade de tratar o objeto de estudo aqui problematizado. É comum observar que a abordagem da nova geografia cultural baseia-se no impacto dos simbolismos das formas paisagísticas sobre nossa vida cotidiana; percebemos diferenças entre a forma de elaborar o impacto: alguns autores refletem sob o prisma das relações de classe, enquanto outros problematizam influências dos simbolismos em âmbito identitário. Apesar do simbolismo dos monumentos muitas vezes se referir à dimensão da representação de classe, acreditamos que, assim como ocorre com todos os ícones paisagísticos (incluindo os não humanos), as interpretações dos monumentos pertencem ao plano individual, não ocorrendo coesão absoluta entre os indivíduos supostamente inseridos em uma mesma classe. Entretanto, em nome de determinados objetivos individuais que também podem se tornar coletivos, a ideia de classe torna-se uma ferramenta útil. É nesta tensão que o indivíduo e o coletivo, assim como as ideias e as tangibilidades se confrontam.

Percebemos que a reflexão do simbolismo exclusivamente sob o viés do confronto de classes – seja no interior do rótulo da nova geografia cultural ou fora dele – fragiliza as possibilidades analíticas dos fenômenos do erguimento do monumento e sua audácia fundadora e também de sua contestação. Afinal, a dimensão criativa e afetiva do monumento precisa ser analisada de forma pormenorizada, em âmbito identitário, baseado na perspectiva de que as relações de classe interferem nas escolhas dos indivíduos, mas não as definem. Afinal, quando pensamos nos monumentos, elaboramos também uma rede afetiva que considera as relações de atores humanos e actantes não-humanos.

Cumprindo com o objetivo proposto, estabelecemos neste artigo uma reflexão essencialmente epistemológica que contemplou os monumentos a partir de sua audácia fundadora e sua contestação. Apontamos limitações da nova geografia cultural associadas a abordagem exclusivamente de classe e propomos que os monumentos sejam refletidos a partir de uma dimensão afetivo-identitária. Acreditamos que as ações de erguimento dos monumentos servem como instrumentos de dominação simbólica, mas é importante pontuar que a hegemonia e contestação não podem ser vistas como dimensões essencializadas. São múltiplos os interesses e manifestações hegemônicas, assim como existem diversas faces contestatórias e muitas delas são contraditórias entre si. Reafirmamos aquilo que é alvo de muito interesse da nova geografia cultural: a paisagem

é um campo de batalhas discursivo²⁵ e suas marcas são narrativas e induções que afetam as pessoas. Entretanto, não estamos confortáveis em assumir que a simbologia paisagística se expressa por intermédio de classes entendidas como entidades homogêneas; dito isto, há de se considerar que os próprios textos narrados pelos símbolos impressos na paisagem podem ser lidos e interpretados de forma distinta entre indivíduos. Isto significa dizer que nos traz mais conforto interpretar os fundamentos trazidos pela nova geografia cultural a partir do âmbito identitário em detrimento do coletivo. Isto não é o mesmo que negar a existência e relevância da ideia de classe sobre a paisagem, o lugar e o patrimônio. Lembremo-nos da forma como atua a memória, segundo Maurice Halbwachs (1990): para o autor, no âmbito da memória, há o entremear de uma dimensão da experiência individual e uma dimensão coletiva. Isso não significa dizer que a dimensão coletiva é dominada pela ideia de uma classe. Nenhum indivíduo pertence a somente uma categoria classificatória. Compomos diversas classes; estas combinações de classes que carregamos ajudam-nos a compreender a nossa formação identitária²⁶. É justamente a essência fragmentada da identidade, temporalmente adiada e espacialmente fendida (BHABHA, 2013), que nos mobiliza a pensarmos na excepcionalidade interpretativa e discursiva acerca da paisagem, do lugar e do patrimônio.

A paisagem é, assim, palco de um embate dialético entre hegemonias e contestações; não significa que as grandes questões sociais não possam ser compreendidas por meio do viés identitário. Acreditamos que o monopólio do pensamento de classe sobre a reflexão social deixou expressivo legado sobre o saber acadêmico e cotidiano; por isso mesmo ir além das coletividades e penetrar no domínio identitário não é confortável. Muitas das epistemologias que buscam essa superação ainda apresentam caráter experimental e vemos como promissor o campo das teorias não-representacionais (TNR), já bem estabelecido nas geografias culturais transatlânticas anglófonas. As TNR possibilitam a problematização da dimensão afetiva do patrimônio, ou seja, de que forma os monumentos, lugares e experiências patrimoniais interferem no arranjo da vida social e política, particularmente em termos de produção de sentimentos de pertença, identidade, inclusão e, por consequência, marginalização, subjugação e exclusão (WATERTON, 2014). Esta dimensão afetiva é capaz de promover distintas formulações emocionais que nos ajudam a compreender os comportamentos dos indivíduos e, de forma mais ampla, as relações entre o homem e meio.

²⁵ Para aprofundar a questão ver SILVA (2020c).

²⁶ Para aprofundar a questão ver SILVA; COSTA (2020).

Mais do que focar em como o monumento nos conta uma história imprecisa, parecem ser questões mais interessantes aos geógrafos examinar os efeitos práticos da dimensão simbólica, além de buscar um avanço na interface com a semiótica, afinal, é importante compreender de que maneiras os espaços patrimoniais – assim como quaisquer marcas paisagísticas de apelo simbólico – traduzem processos culturais e políticos para audiências populares (JOHNSON, 1999). Apresenta-se também como uma perspectiva importante a trazida por Timur Hammond: ao invés de assumirmos que um determinado patrimônio está inserido em uma região pré-existente, “devemos dedicar atenção mais detida às formas como as pessoas e as construções produzem as regiões por intermédio das conexões simbólicas e materiais” (HAMMOND, 2020, p.2).

The monument and its symbolic battles

Abstract: This article propose a reflection on two dimensions of monuments, which are understood as heritage. The first dimension refers to its founding audacity, as its construction is associated with the idea of transmitting a symbolic message and proposing a biased narrative about the past or about an ideology. However, despite the founding audacity, we see the possibility of a second dimension, which is the contestation, marked by the fact that the symbolic narratives imposed by the forces that erected the monuments are being questioned, either by historical revisionism or by issues of a nature ideological. As a basis for the essentially epistemological reflection proposed here, we use assumptions aligned with the new cultural geography. We point out, however, that the reflection on landscape symbolism focused only on the dimension of class relations is limited. Finally, we advise that approaches that penetrate the field of affective and identity relationships can present themselves as capable of filling the gaps of approaches based on class analysis.

Keywords: monuments; symbolism; cultural; geography; identities

El monumento y sus batallas simbólicas

Resumen: Este artículo tiene como objetivo proponer una reflexión sobre dos dimensiones de los monumentos, que se entienden como patrimonio. La primera dimensión se refiere a su audacia fundacional, pues su construcción está asociada a la idea de transmitir un mensaje simbólico y proponer una narrativa sobre el pasado o sobre una ideología. Sin embargo, a pesar de la audacia fundadora, abrimos la posibilidad de reflexionar sobre la segunda dimensión, que es la contestación, marcada por el hecho de que las narrativas simbólicas impuestas por las fuerzas que erigieron los monumentos ahora están siendo cuestionadas, ya sea por el revisionismo histórico o por cuestiones de carácter ideológico. Como base para la reflexión esencialmente epistemológica que aquí se propone, utilizamos supuestos alineados con la nueva geografía cultural. Señalamos, sin embargo, que la reflexión sobre el simbolismo del paisaje centrada únicamente en la dimensión de las relaciones de clase es limitada. Finalmente, advertimos que los enfoques que penetran en el campo de las relaciones afectivas e identitarias pueden presentarse como capaces de llenar los vacíos de los enfoques basados en el análisis de clase.

Palabras Clave: monumentos; simbolismo; geografía; cultural; identidades.

Referências

AGNEW, John; DUNCAN, James S. The transfer of ideas into Anglo-American human geography. **Progress in Human Geography**, v.5, i.1, p.42-57, March, 1981.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transiformação**, v.16, n.2, p.111-122, Mai/Ago., 2004.

ATKINSON, David. Kitsch geographies and the everyday spaces of social memory. **Environmental and Planning A**, v.39, i.3, p.521-540, March, 2007.

AUSTER, Martin. Monument in a landscape: the question of “meaning”. **Australian Geographer**, v.28, n.2, p.219-227, 1997.

BELL, James. Redefining national identity in Uzbekistan: symbolic tensions in Tashkent’s official public landscape. **Cultural Geographies**, v.6, n.2, p.183-213, 1999.

BERQUE, Augustin. A cosmofoania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, Inverno, 2017.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BRITO-HENRIQUES, Eduardo. Os temas culturais na investigação geográfica: breve retrospectiva e ponto da situação. **Inforgeo**, v.16, n.17, p.153-165, 2001.

BURGESS, Jacquelin. Editorial. **Landscape Research**, v.21, n.1, p.5-12, 1996.

ÇELIK, Zeynep. Colonial/postcolonial intersections. **Third Text**, v.13, n.49, p.63-72, 1999.

CHARLESWORTH, Andrew. Contesting places of memory: the case of **Auschwitz**. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.12, i.5, p.579-593, October, 1994.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Paisagens residuais e museu do vinho: patrimônio vitivinícola no sul de Minas Gerais. **ParaOnde!?**, v.13, n.1, p.1-20, 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. **Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales**, v.IX, n.183, Febrero, 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-183.htm>>.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **Geographia**, v.9, n.17, p.7-18, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, v.94, p.1-11, 2016.

COSGROVE, Denis. Prospect, Perspective and the Evolution of the Landscape Idea. **Transactions of the Institute of British Geographers, new Series**, v.10, n.1, p.45-62, 1985.

COSGROVE, Denis. A terrain of metaphor: cultural geography 1988-89. **Progress in Human Geography**, v.13, i.4, p.566-575, December, 1989.

COSGROVE, Denis. Landscape studies in geography and cognate fields of the humanities and social sciences. **Landscape Research**, v.15, n.3, p.1-6, 1990.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. New Directions in Cultural Geography. **Area**, v.19, n.2, June, p.95-101, 1987.

CUDNY, Waldermar; APPELBLAD, Hakan. Monuments and their functions in urban public space. **Norsk Geografisk Tidsskrift-Norwegian Journal of Geography**, v.73, i.5, p.1-17, 2020.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEMERITT, David. What is the “social construction of nature? A typology and sympathetic critique. **Progress in Human Geography**, v.26, i.6, p.767-790, 2002.

DUNCAN, James. The superorganic in american cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.70, n.º2, June, p.181-198, 1980.

DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. (Re)reading the landscape. **Environmental and Planning D. Society and Space**, v.6, p.117-126, 1988.

EVANS, Sara Z. The Removal of Confederate Monuments: reflections on Power and Privilege in Shared Spaces. **Social Science Quarterly**, v.102, i.3, p.1044-1055, May, 2021.

FARHAN, Sabeeh; AKEF, Venus; NASAR, Zuhair. The transformation of inherited historical urban and architectural characteristics of Al-Najaf’s Old City and possible preservation insights. **Frontiers of Architectural Research**, v.9, i.4, p.820-836, December, 2020.

FOOTE, Kenneth E; TÓTH, Attila; ÁRVAY, Anett. Hungary after 1989: Inscribing a new past on place. **The Geographical Review**, v.90, n.3, p.301-334, 2000.

FOREST, Benjamin; JOHNSON, Juliet. Confederate monuments and the problem of forgetting. **Cultural Geographies**, v.26, i.1, p.127-131, August, 2018.

GESLER, Wil. Therapeutic Landscapes. (in): CALLAN, Hillary (ed.). **The International Encyclopedia of Anthropology**. John Wiley & Sons, 2018.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Area studies after poststructuralism. **Environmental and Planning A**, v.36, i.3, p.405-419, 2004.

GOUGH, Paul. From heroes groves to parks of peace: landscapes of remembrance, protest and peace. **Landscape Research**, v.25, n.2, p.213-228, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HAMMOND, Timur. Heritage and the Middle East: Cities, power, and memory. **Geography Compass**, v.14, i.2, p.1-13, February, 2020.

HARDY, Dennis. Historical geography and heritage studies. **Area**, v.20, n.4, p.333-338, 1988.

HARMARSAH, Ömür. ISIS, Heritage, and the Spectacles of Destruction in the Global Media. **Near Eastern Archaeology**, v.78, n.3, p.170-177, September, 2015.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia**, v.22, n.36, p.261-273, Jul./Dez., 2006.

HARVEY, David. Monument and Myth. **Annals of the Association of American Geographers**, v.69, n.3, p.362-381, September, 1979.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Geographia**, v.14, n.28, p.8-39, 2012.

JEANS, D. N. The first world war memorials in New South Wales: centres of meaning in landscape. **Australian Geographer**, v.19, n.2, p.259-267, 1988.

JOHNSON, Nuala. Cast in stone: monuments, geography, and nationalism. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.13, p.51-65, 1995.

JOHNSON, Nuala. Framing the past: time, space and the politics of heritage tourism in Ireland. **Political Geography**, v.18, i.2, p.187-207, February, 1999.

JOHNSON, Nuala. Mapping monuments: the shaping of public space and cultural identities. **Visual Communication**, v.1, n.3, p.293-298, 2002.

KENZER, Martin S. Milieu and the "Intellectual Landscape": Carl O. Sauer's Undergraduate Heritage. **Annals of the Association of American Geographers**, v.75, n.2, p.258-270, 1985.

KIRSCHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. Intangible Heritage as Metacultural Production. **Museum International**, v.56, i.1-2, p.52-65, May, 2004.

KROEBER, Alfred. The superorganic. **American Anthropologist**. V.19, n.2, april-june, 1917.

LARSEN, Laragh. Re-placing imperial landscapes: colonial monuments and the transition to independence of Kenya. **Journal of Historical Geography**, v.38, p.45-56, 2012.

LEITNER, Helga; KANG, Petei. Contested urban landscapes of nationalism: the case of Taipei. **Ecumene**, v.6, n.2, p.214-133, 1999.

LEY, David. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v.5, i.2, p.249-257, 1981.

LOWENTHAL, David. Fabricating Heritage. **History & Memory**, v.10, n.1, p.5-24, spring, 1998.

LOWENTHAL, David. Natural and Cultural Heritage. **International Journal of Heritage Studies**, v.11, n.1, p.81-92, march, 2005.

LOWENTHAL, David. Why the Past Matters. **Heritage & Society**, v.4, n.2, p.159-172, 2011.

LUKINBEAL, Chris. Cinematic Landscapes. **Journal of Cultural Geography**, v.23, n.1, p.3-22, 2005.

MEREDITH, T. The upper Columbia valley, 1900-1920: an assessment of “boosterism” and the “biography of landscape”. **Canadian Geographer**, n.29, p.44-55, 1985.

MIKESELL, Marvin W. Tradition and innovation in cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.68, n.1, p.1-16, March, 1978.

MITCHELL, Katharyne. Monuments, memorials, and the politics of memory. **Urban Geography**, v.24, n.5, p.442-459, 2003.

NETTO, Marcos Mergarejo. **A geografia do queijo minas artesanal**. Rio Claro: Tese de doutorado, UNESP- Instituto de Geociências e ciências exatas – IGCE, 2011.

OLSEN, Daniel H.; TIMOTHY Dallen J. Contested Religious Heritage: Differing Views of Mormon Heritage. **Tourism Recreation Research**, v.27, n.2, p.7-15, 2002.

PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LII, n.106, p.159-168, 2017.

PORTEOUS, J. Douglas. **Bodyscape**: The body-scape metaphor. *The Canadian Geographer*, v.30, n.1, p.2-12, 1986.

RAIVO, Petri J. Politics of memory: historical battlefields and sense of place. **Nordia Geographical Publications**, v.44, n.4, p.95-100, 2015.

RÖSSLER, Mechtild. World Heritage cultural landscapes: A UNESCO flagship programme 1992-2006. **Landscape Research**, v.31, n.4, p.333-353, 2006.

SAUER, Carl. The morphology of landscape. (in): OAKES, Timothy S; PRICE, Patricia L. (eds). **The Cultural Geography Reader**. New York: Routledge, 2008.

SCAZZOSI, Lionella. Reading and assessing the landscape as cultural and historical heritage. **Landscape Research**, v.29, n.4, p.335-355, 2004.

SCHEIN, Richard H. Teaching “race” and the Cultural Landscape. **Journal of Geography**, v.98, n.4, p.188-190, 1999.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A encruzilhada da abordagem cultural na geografia. **Caderno de Geografia**, v.30, n.63, p.1132-1153, 2020a.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A geografia entre a materialidade e a imaterialidade. **Geotemas**, v.10, n.2, p.25-47, 2020b.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Expressões militantes da paisagem. **Revista Percurso**, v.12, n.2, p.109-131, 2020c.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Paisagem entre textos e intertextos. **Tamoios**, v.17, n.21, p.129-147, 2021.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. O desconforto das regiões e das classes. **Geosp: espaço e tempo**, v.24, n.3, p.533-546, Dezembro, 2020.

SILVEIRA, Heitor Matos da. Outras ruínas e seus assombros. **Geograficidade**, v.10, n.1, p.45-57, Verão, 2020.

TIMOTHY, Dallen J. **Tourism and the personal heritage experience**. *Annals of Tourism Research*, v.24, i.3, p.751-754, 1997.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Habitus**, v.4, n.1, p.437-454, Jan./Jul., 2006.

WATERTON, Emma. A More-Than-Representational understanding of heritage? The “Past” and the Politics of Affect. **Geography Compass**, v.8, i.11, p.823-833, November, 2014.

WHITERS, Charles W. J. Place, memory, monument: memorializing the past in contemporary highland Scotland. **Ecumene**, v.3, n.3, p.325-344, 1996.

WRIGHT, John Kirtland. Terrae Incognitae: O lugar da imaginação na Geografia. **Geograficidade**, v.4, n.2, inverno, p.4-18, 2014.

ZELINSKY, Wilbur. The changing face of nationalism in the american landscape. **The Canadian Geographer**, v.30, i.2, p.171-175, June, 1986.

Sobre o autor

Leonardo Luiz Silveira da Silva – Graduado em Geografia, especialista em gestão de políticas públicas, mestre em Relações Internacionais, e doutor em Geografia. professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Salinas.

Recebido para avaliação em outubro de 2021

Aceito para publicação em março de 2022